

As oito expressões dos quatro tipos principais da teoria da expiação: as teologias da cruz em uma perspectiva metodista

Helmut Renders*

Vilma Cavalcante dos Santos**

Resumo

A partir do diálogo com a tipologia de teorias da expiação de Gustaf Aulén e com uma tipologia contemporânea com uma tendência menos confessional e mais complementar propõe-se um modelo de oito tipos clássicos. Paralelamente, investiga-se a sua presença nos textos de teólogos da tradição metodista desde João Wesley e entre teólogos do século 19 e 20. Conclui-se que entre os teólogos da tradição metodista há uma forte tendência no século 19 de seguir os modelos de Abelardo e Grotius, entendido como uma mediação entre Abelardo e Anselmo, pontualmente, Calvino e Anselmo. Esta tendência é ainda reafirmada nos grandes dicionários metodistas das décadas 70 e 80 do século 20. A partir da década anota-se uma maior diferenciação. Por um lado, mantenham-se as tradições; por outro lado anotam-se influências de Irineu e Atanásio. Finalmente, retoma uma linha mais neo-ortodoxa a discussão sobre a validade dos modelos de Calvino e de Anselmo.

Palavras-chave: Hugo Grotius; Pedro Abelardo; Irineu; Gustaf Aulén; tipologia das teorias da expiação; teologia wesleyana.

The eight expressions of the four main types of atonement: a re-reading of theologies of the cross from a Methodist perspective

Abstract

From the dialogue with the typology of theories of the atonement of Gustaf Aulén and with a contemporary typology with a less confessional and more complementary

* Doutor em Ciências da Religião (Umesp, 2006), estágios de Pós-Doutoramento em Ciência da Religião (UFJF, 2011) e História da Arte (Unifesp, 2022). Professor do PPG em Ciências da Religião e o curso Bacharel em Teologia da Umesp. E-mail: helmut.renders@metodista.br.

** Mestra em Ciências da Religião (Umesp, 2021).

tendency, a model of eight classic types is proposed. At the same time, its presence is investigated in the texts of theologians of the Methodist tradition since John Wesley and among theologians of the 19th and 20th century. of Abelard and Grotius, understood as a mediation between Abelard and Anselm, punctually, Calvin and Anselm. This tendency is still reaffirmed in the great Methodist dictionaries of the 70s and 80s of the 20th century. From the decade onwards, a greater differentiation is noted. On the one hand, keep the traditions; on the other hand, influences from Irenaeus and Athanasius are noted. Finally, the discussion on the validity of Calvin's and Anselm's models takes up a more neo-orthodox line.

Keywords: Hugo Grotius; Peter Abelard; Irenaeus; Gustaf Aulén; typology of theories of atonement; Wesleyan theology.

Las ocho expresiones de los cuatro tipos principales de teoría de la expiación: una relectura de las teologías de la cruz desde una perspectiva metodista

Resumen

A partir del diálogo con la tipología de teorías de la expiación de Gustaf Aulén y con una tipología contemporánea de tendencia menos confesional y más complementaria, se propone un modelo de ocho tipos clásicos. Al mismo tiempo, se investiga su presencia en los textos de los teólogos de tradición metodista desde Juan Wesley y entre los teólogos de los siglos XIX y XX de Abelardo y Grocio, entendida como una mediación entre Abelardo y Anselmo, puntualmente, Calvino y Anselmo. . Esta tendencia aún se reafirma en los grandes diccionarios metodistas de los años 70 y 80 del siglo XX, a partir de la década se nota una mayor diferenciación. Por un lado, mantener las tradiciones; por otro lado, se notan influencias de Ireneo y Atanasio. Finalmente, la discusión sobre la validez de los modelos de Calvino y Anselmo toma una línea más neo-ortodoxa.

Palabras clave: Hugo Grocio; Pedro Abelardo; Ireneo; Gustaf Aulén; tipología de las teorías de la expiación; teología wesleyana.

Introdução

Este artigo faz parte do contínuo esforço de situar a teologia metodista ou wesleyana dentro de *temas clássicos* da doutrina cristã e de suas principais expressões ecumênicas. Isso se faz necessário pela falta de monografias metodistas ou wesleyanas brasileiras contemporâneas com esse recorte. De fato, avançou-se nos últimos 20 anos pela publicação de obras wesleyanas da área, porém trata-se ainda na sua maioria ou de textos focados em uma teologia histórica de João Wesley e na sua relevância para a atualidade ou de textos que se concentram em poucos temas considerados especificamente essenciais por serem distintamente metodistas, como o tema da santidade. Entretanto, ainda se esperam tanto uma história das igrejas

da tradição wesleyana brasileiras, inclusive das suas histórias das piedades ou espiritualidades e dos seus baseamentos teológicos (no sentido de uma “história do dogma”), como de uma teologia sistemática contemporânea brasileira completa.¹ Além disso, e apesar do retiro da Igreja Metodista de órgãos importantes da ecumene brasileira, continua tendo a teologia metodista a tarefa de apresentar às demais igrejas atuando neste país, como também ao público em geral, as suas ênfases de forma transparente e organizada.²

O campo das teorias da expiação é interessante. Primeiro explicita-se a sua diversidade pelo fato de que não existem determinações a respeito pelos concílios ecumênicos dos primeiros cinco séculos. Em outras palavras, houve uma necessidade do seu esclarecimento, que, inclusive, não se calou na antiguidade. Depois do surgimento das teorias de Irineu e de Orígenes na antiguidade, de Anselmo e Abelardo na época medieval, de Lutero no século 16, mas, predominantemente de Calvino e Grotius no século 17, ou ainda no início da época moderna, e de Ritschl e Aulén nos séculos 19 e 20, ou no início do fim dessa época, deve-se esperar até agora, cem anos depois da apresentação da última teoria por Aulén, no início do século 21, o surgimento de uma primeira teoria da expiação da época pós-moderna. Isso ainda não aconteceu e também não será o foco da nossa pesquisa, mas a visão da contínua apresentação de teorias ou de releituras de teorias anteriores, sempre em épocas de transição, explicará de certo modo uma complexa assimilação de diversas teorias da expiação nos metodismos dos séculos 18, 19 e 20.

Nosso objetivo é, primeiro, revisitar as quatro expressões principais da teoria da expiação da antiguidade até a época medieval e as suas respectivas releituras na modernidade e, segundo identificar seus ecos, como também sua omissão na sua releitura pela tradição wesleyana, preferencialmente, brasileira. Mas de que se trata quando falamos das teorias da expiação?

¹ Por enquanto, se usa *Viver a graça* (2001, 2006) do teólogo sistemático alemão Manfred Marquardt e do exegeta do Novo Testamento e posterior bispo da Igreja Metodista Unida, Walter Klaiber.

² Houve um esforço especial desse tipo entre 40 e 50 anos atrás durante o tempo de chumbo da ditadura militar brasileira até a fase de redemocratização, com reflexos na criação do Centro de Estudos Wesleyanos em 2003. Podemos caracterizar esse esforço como a preparação e o desdobramento do chamado Plano para Vida e Missão da Igreja Metodista (1982).

O cristianismo permite o perdão dos pecados humanos contra Deus, mas esse perdão não é barato. Assim como o estado exige satisfação pelo crime na justiça expedita, Deus exige satisfação pelo pecado. De acordo com o Cristianismo ortodoxo, a paixão e morte de Cristo não é apenas uma manifestação de seu amor perfeito, mas também serve como satisfação pelo pecado humano. Sem a expiação do sacrifício de Cristo pelo pecado humano, os humanos não poderiam escapar de seu status criminoso no governo moral de Deus, não importa o quão bem eles seguissem o exemplo moral de Cristo. No entanto, não é evidente exatamente como a morte de Cristo expia o pecado humano. Nem é um assunto pequeno. A abordagem da Expição implica uma doutrina associada de justificação e santificação: as respectivas doutrinas de como uma pessoa pecadora obtém o status de entrada no céu e de como seu caráter pecaminoso é purificado (GEDDERT, 2017, p. 167-168).

Geddert menciona um conjunto de teorias, em especial Anselmo, Abelardo, Calvino e Grotius. No Brasil, assim achamos, Anselmo, mediante o catolicismo, e Calvino, mediante as diversas vertentes de igrejas evangélicas com raízes calvinistas, são as vertentes mais frequentemente identificadas. Mas, ao lado das quatro teorias indiretamente citadas por Geddert, faltam duas de origem luterana, as duas mais antigas. Partindo de algumas tipologias clássicas como de Gustav Aulén, apresentamos, primeiro, uma visão panorâmica daquilo que nós consideramos as oito principais teorias da expiação. Em seguida, discutimos a presença dessas teorias na obra de João Wesley e de teólogos metodistas dos séculos 19 e 20.

Da última tipologia classificatória ao modelo contemporâneo da tipologia complementar

Iniciamos a nossa conversa com duas publicações, a primeira, o último “clássico” do seu gênero; a segunda, um compêndio temático recente. A última proposta de reasentar o conjunto das teorias da expiação foi feita pelo teólogo sueco Gustaf Aulén em 1931.³ Como ele apresenta uma tipologia

³ Existem diversos estudos comparativos sem a criação de novos modelos. Cf., por exemplo, o livro *A expiação e o processo social* de Shailer Mathews (1930), publicado um ano anterior ao de Aulén. Mathews aponta uma origem social da doutrina cristã e relaciona os diversos modelos de expiação – ele faz distinção entre os modelos [*pattern*] messiânico, sacrificial, da filiação [*sonship*], imperial, feudal e monarca, ou seja, ele termina com Calvino, Socius e Grotius – com as respectivas formas de governança de cada época. Seguindo seu raciocínio, ele provavelmente teria interpretado o modelo antitirano de Aulén como variação do padrão imperial. Shailer, batista e representante do evangelho social, resumiu: “[...] os modelos usados pelas doutrinas ortodoxas da expiação perderam a sua eficácia; também não podem ser reestabelecidos por meio de jogos de palavras que transformam a expiação

das teorias da expiação, na qual ele afirma que ao logo dos séculos o tipo clássico teria sido substituído ou pelo tipo latino – ou, predominantemente, católico – por ele também caracterizado como tipo “objetivo”, ou pelo tipo humanista – inicialmente pietista, depois humanista ou “subjetivo”.⁴ Enquanto isso, o tipo por ele favorecido, o *Christus Victor*, seria mais relacionado com o tipo clássico, que, inclusive, combina aspectos objetivos e subjetivos. Aulén entende que o próprio Martinho Lutero (1483-1546), apesar de ser relacionado, normalmente, com o tipo latino, teria seguido mais o tipo clássico, que essa interpretação errônea seria muito mais adequada pela ênfase da ortodoxia luterana e que nem os pietistas dos séculos 17 e 18 tampouco os teólogos liberais do século 19, com a sua ênfase humanista, teriam interpretado Lutero de forma adequada. A proposta de Aulén é, em primeiro lugar, um esforço teológico confessional luterano e não integra em sua tipologia as duas principais contribuições da teologia reformada para a discussão das teorias da expiação, a teoria da substituição penal de João Calvino⁵ (1509-1564 d.C.) e a teoria governamental de Hugo Grotius (1583-1645 d.C.). Apesar disso, Aulén menciona os quatro principais representantes de teorias da expiação antes da modernidade: Irineu [de Lion] (130-202 d.C.), Orígenes [de Alexandria] (184-235 d.C.), Anselmo [de Cantuária] (1033-1109 d.C.) e Pedro Abelardo (1079-1142) que, por sua vez, representam o tipo objetivo e subjetivo. O *Christus Victor*, por um lado, vence os poderes hostis que mantêm a humanidade em sujeição, ao mesmo tempo que Deus em Cristo reconcilia o mundo consigo mesmo. Entendemos que a distinção de Aulén entre os tipos objetivos e subjetivos acompanha a distinção entre

em um *at-one-ment* (um tipo de [re]união, o autor)” (MATHEWS, 1930, p. 177). “O dever de um salvador é salvar, mas, salvar de que? No primeiro grupo de seguidores a salvação desejada era do caráter nacional e étnica; para os gregos focou na morte, na civilização ocidental na culpa e na penalidade” (MATHEWS, 1930, p. 180). Em vez disso, Matthew (1930, p. 189) sugere “ênfatizar um elemento essencial e encontrado em todas as doutrinas da expiação: a iniciação da reconciliação entre Deus e a humanidade parte do lado da divindade”. Recentemente, retomou Joerg Rieger (2007) a ênfase na correlação entre a teologia de expiação de Anselmo e a implantação do feudalismo na Inglaterra.

⁴ Theodore W. Jennings Jr. (2009, p. 217) parte também de Aulén, mas se refere a “Greco-Lutheran ransom theory, the Western view associated with Anselm and Calvin of substitutionary satisfaction, and the Abelardian and liberal perspective termed ‘moral influence’”.

⁵ Apesar de ser geralmente relacionada com Calvino, há elementos no comentário de Lutero sobre a Carta aos Gálatas de 1535 que apontam na mesma direção. Assim o católico Christopher McMahon (2007, p. 170-171 e 174) cita Lutero como criador e a contribuição de Calvino como uma releitura, baseada numa lógica mais jurídica.

a *fides qua* e a *fides quae*, como também a entre abordagens teocêntrica e antropocêntrica, e que ela de fato contribui para distinguir entre os tipos pré-modernos (teocêntricos) e modernos (antropocêntricos). Anotamos, inicialmente e de passagem, que uma das linhas de debate entre luteranos e metodistas era justamente a suposta teologia de sinergia entendida como desconsideração da primazia da graça divina. Aulén, entretanto, nunca se pronunciou em relação aos metodistas,⁶ mas podemos imaginar que ele teria tratado o metodismo, dentro do propósito da sua obra de 1931, como um tipo de pietismo.⁷ Entretanto, mesmo que os metodistas não se entenderam como “meros” pietistas, eles se identificaram com a sua proposta em dois sentidos: primeiro, com seu resgate do tipo clássico como tipo que relacionava os tipos objetivo e subjetivo e, segundo, com a sua interpretação de um *Christus Victor* que combate o mal pelo bem, como ênfase da reconciliação paulina. Anotamos, finalmente, já visando à estruturação do nosso artigo, que Aulén considera sete interlocutores principais: Ireneu e Orígenes da antiguidade, Anselmo e Abelardo na época medieval, Lutero do século 16 e Schleiermacher e Ritschl do século 19.

O segundo livro escolhemos, principalmente, por demonstrar o estado mais atual da discussão. Trata-se de um compêndio, escrito por muitas mãos que, na sua maioria, ensinam em instituições evangélicas calvinistas. Nele encontramos uma introdução geral à teologia da expiação do metodismo inglês e estadunidense apresentada por Thomas H. McCall (2017, p. 797-800).⁸ Além disso, o *T&T Clark Companion to Atonement* de 2017 incluiu os autores a que Aulén faz referência: Ireneu de Lion (BEHR, 2017, p. 569-575), Orígenes (KOTSKO, 2017, p. 277-294), Anselmo (SONDEREGGER, p.

⁶ No Brasil, este debate não parte dos luteranos, mas dos presbiterianos enquanto a sua preferência pelo monergismo em vez do sinergismo. Entretanto, esta discussão parte mais da ideia da exclusividade de um Deus poderoso e das suas predestinações.

⁷ Johnson (2017, p. 3) apresenta a questão do “primeiro agente” como evento trinitário: “Essa complexidade por parte do agente primário (teológica e antropológicamente) é ajustada à tarefa em questão. A missão de Jesus envolve superar a realidade e as consequências do pecado, ao mesmo tempo que conclui os propósitos criativos de Deus: uma obra cósmica de redenção, restauração e realização que inclui a culpa individual, mas que a transcende”.

⁸ A apresentação de Thomas H. McCall tem como seu primeiro mérito o registro da crescente e contínua importância de Hugo Grotius a partir da segunda parte do século 19. O que McCall não registra é a importância de Ireneu de Lyon e da crescente rejeição de Anselmo e as contribuições de Walter Wink (1998), Joerg Rieger (2007) e Theodore Jennings (2009).

175-194), Pedro Abelardo (JOHNSON, 2017 p. 357-600), Martinho Lutero (KOLB, 2017, p. 613-623), Friedrich Schleiermacher (STRATIS, 2017, p. 739-742), Albrecht Ritschl (BRUCE, 2017, p. 723-728) e o próprio Gustaf Aulén (SPJUTH, 2017, p. 389-392).⁹ Em comparação com Aulén, são muito mais teólogos referenciados, tanto da antiguidade como da modernidade, como João Calvino (JONES, 2017, p. 213-236; HOLMES, 2017, p. 295-314)¹⁰ com dois textos maiores, e Hugo Grotius (BRINK, 2017, p. 523-526). Importante também, dentro do nosso recorte, é um dos textos temáticos sobre a reconciliação (BENNET, 2017, p. 713-719). Outros teólogos são mencionados pelas suas contribuições para diversos aspectos da teoria da expiação ou da obra de Cristo nos quais nós não focamos, por exemplo, suas interfaces com a Trindade, a encarnação, a descida ao inferno, a ascensão, a união com Cristo e a santificação, enfim, por contribuições que tangem a nossa ênfase na compreensão da morte na cruz como salvífica, mas, também, a ultrapassam. O compêndio entende-se como parte de uma proposta pós-Aulén, mas não somente pelo fato de que Aulén ignora a tradição reformada:

No século anterior foi comum assumir três visões principais da expiação (*Christus Victor*, satisfação / substituição penal e exemplarismo), em parte devido à influência de Gustaf Aulén [...] O movimento nos últimos anos tem sido em direção a uma compreensão mais abrangente da obra de Cristo, por razões bíblicas, teológicas e históricas (JOHNSON, 2017, p. 2).

Apesar do esforço significativo da obra de ampliar as contribuições, registram-se lacunas:

⁹ Em um texto católico introdutório, Christopher McMahon (2007, p. 173-174) apresenta em um quadro comparativo as seguintes teorias: teoria profética (Isaias e Lucas) – pecado é a opressão dos marginalizados e oprimidos; teorias sacrificais (Paulo Hebreus); teoria do resgate (Orígenes, Agostinho); teoria da divinização (Atanásio) – pecado é o afastamento de Deus que leva à perda da imagem de Deus; teoria da satisfação vicária (Anselmo); teoria do moral exemplar (Abelardo, Juliano de Norwich); teoria da substituição penal (Lutero, Calvino). McMahon não apresenta Grotius ou Ritschl e menciona Aulén (McMAHON, 2007, p. 176) não pela sua releitura da teoria do resgate, mas discordando com a sua leitura de Anselmo e Lutero. A redução de Paulo a uma única teoria, ignorando, por exemplo, a metáfora do segundo Adão, surpreende. O uso dessa metáfora por Ireneu e a sua teoria de recapitulação McMahon (2007, p. 123) até menciona, mas não a integra como teoria própria no seu quadro comparativo de teorias.

¹⁰ John Hick (1996, p. 52) lembra que “As doutrinas tradicionais da expiação, sejam a teoria do resgate como uma das primeiras, a teoria católica da satisfação uma mais tardia, ou a teoria reformada da substituição-penal, pressupõem a divindade de Jesus”.

Muitos teólogos místicos (como Julian de Norwich e João da Cruz), poetas (particularmente aqueles da tradição anglicana, como Herbert e Donne), luteranos e católicos pós-Reforma, tradições cristãs não ocidentais (cristãos árabes) como Theodore Abūl Qurrah, ou cristãos indianos), estudiosos bíblicos dos últimos séculos... a lista de omissões é vasta e desanimadora (JOHNSON, 2017, p. 1).

Diante dessa pluralidade, justificamos a nossa proposta de focar em oito vertentes por duas razões: primeiro, eles parecem ser dominantes no Brasil e, segundo eles aparecem na sua maioria na discussão das ênfases metodistas.

Além de dar acesso a uma visão contemporânea ampla da teorias da expiação, Johnson (2017, p. 7-9) identifica na sua perspectiva de uma teologia sistemática construtiva cinco elementos que determinam, segundo ele, todas as teorias da expiação: (a) os caracteres envolvidos na história (parece-nos semelhante à ideia dos agentes primários, o autor); (b) os atributos divinos enfatizados; (c) a articulação do problema do pecado; (d) descrição da libertação do mundo do pecado; (e) o entendimento da libertação para a participação nos processos criativos e Deus. Em tudo, acentua Johnson, à princípio, uma perspectiva reformada, com seu característico teocentrismo. Entretanto, chama a atenção, na descrição do quinto elemento, o uso da palavra “participação”, que vai além da ênfase reformada no terceiro uso da lei. Além disso, encontramos, mesmo que somente uma vez, a palavra “sinergismo” na obra, e isso justamente na seção sobre Gustav Aulén, e, ainda mais, com um tom de apreciação (SPJUTH, 2017, p. 392).¹¹ Assim articulam Spjuth e Johnson, o teólogo luterano e o teólogo reformado, um aspecto de fato central e característico da perspectiva e contribuição metodista.¹² Que isso ocorre em um estilo mais pensativo, autocrítico e dialogal sinaliza avanços. Nós partimos do princípio de que isso é importante para o metodismo já que ele não criou uma teoria da expiação própria, mas, por sua vez, referenciou, de diferentes maneiras em tempos e contextos distintos, tanto Orígenes como Aulén, Anselmo como Calvino, Abelardo como Ritschl e Grotius. Pelo intuito de Johnson de que as teorias de expiação devem ser

¹¹ Veja a citação no capítulo sobre Aulén mais para frente.

¹² Johnson e Spjuth representam vozes de reformados e luteranos. Numa visão ainda mais ampla, o diálogo teológico pode se enriquecer em propostas apresentadas pelo caderno temático “Diálogo interconvicções. A multiplicidade no pano da vida” (VVNN, 2019), que reafirma a clássica máxima ecumênica de convivência e colaboração em prol da vida, apesar de diferenças doutrinárias, considerando a “hospitalidade à diferença” – o que nada mais é do que uma tradução literal da *filoxenia* vista como *xenofilia*, a recente proposta da academia francesa chamada “diálogo interconvicções” e uma “convivalidade” que vai além de um mero viver “o múltiplo”.

lidas de uma forma mais complementar, intuindo melhor as suas múltiplas e mútuas contribuições, e não de uma forma apologética, pode se beneficiar a teologia wesleyana de três maneiras: primeiro, ela mesma pode revisitar as suas diferentes referências para qualificar seu diálogo interconfessional; segundo, isso pode contribuir para melhorar seu diálogo interno, já que a teologia da expiação é uma parte essencial da sua identidade e assunto de debates intensos (MILEY, 1879; WINK, 1998, JENNGS, 2009); terceiro, a própria contribuição wesleyana em suas diversas releituras pode e deve ser articulada como uma voz do mesmo coral. Isso deve também contribuir para um diálogo mais diferenciado como teologia bíblica e como teologia canônica, já que o modelo complementar encontra muito mais respaldo no conjunto dos textos bíblicos.

Do modelo da tipologia complementar a uma revisão da tipologia denominacional wesleyana

Cada pesquisador que se aprofunda nos textos bíblicos sobre a história da piedade, doutrina e igreja repara na fragilidade de modelos e tipologias classificatórios pela sua tendência exclusivista e por aplicar uma temporalidade exclusivamente a um modelo favorecido que, originalmente, não tinha sua proto-versão. Um ponto é que confissões ou vertentes dentro delas formulam as suas preferências e as mantêm, outro é a omissão. Afinal nossas escolhas provavelmente dizem mais sobre nós e nossa visão do mundo do que sobre as ênfases e escolhas de gerações anteriores. Portanto, a nossa proposta nesta sessão não é voltar para um modelo que segue as intuições de Aulén, mas demonstrar como a tipologia complementar também contribuiu para uma leitura denominacional e como ela abre possibilidades de atender, inclusive, necessidades pastorais.

A isso junta-se a hipótese de que, na proposta de João Wesley de uma religião experimental, sempre cabia mais do que um modelo, por um lado, pela diversidade dos seus interlocutores, por outro lado, por desenvolver, acentuar e inovar a sua teologia durante a sua longa vida e o seu longo ministério. Além disso, tornou-se o metodismo uma denominação global, o que, como já demonstram as experiências de países de extensão continentais como o Brasil, os EUA e a Índia, aumenta a necessidade de contextualizações. Diferente de Aulén, queremos interpretar essa riqueza como um potencial e não como fragilidade, decadência ou afastamento das origens. Sem dúvida nenhuma, isso não os libera de argumentações cuidadosas: afirmações como “isso é brasileiro”, “isso é [norte-]americano”, “isso é cultural” representam um argumento qualquer sem suas devidas e detalhadas descrição e argumentação.

A composição do nosso quadro tipológico complementar (fig. 1) parte de uma dupla caracterização: primeiro, escolhemos somente aqueles contribuidores que ao longo da história se destacaram como modelos importantes; segundo, consideramos especialmente aqueles autores que deixaram as suas marcas dentro das igrejas da tradução wesleyana.¹³

Figura 1: quadro comparativo das principais teorias da expiação

Época...	...da antiguidade até a época medieval			
Autor	Irineu [130-202]	Orígenes [184-235]	Anselmo da Cantuária [1033-1109]	Pedro Abelardo [1079-1142]
Referências bíblicas	Rm 5.19 e 1Co 15.22 [1º e 2º adão] Ef 1.10.22 ¹⁴ [ἀνακεφαλαιώσασθαι]	Mc 10.45 [Mt 20.28] [1Tm 2.5-6]	Hb 9.26	Jo 3.14-18
Teoria... [da expiação]	...da recapitulação [e participação] [do mérito de Cristo]	...do resgate [do diabo]	...da satisfação [da ira de Deus] [ou: teoria comercial]	...da influência / do exemplo moral
Reconciliação	Reconciliação Compartilhada		Reconciliação de Deus com a Humanidade	Reconciliação com Deus

Época...	...da modernidade até a posição mais recente				
Autor	Teologia da prosperidade [1970ss...]	Gustaf Aulén [1879-1977]	João Calvino [1509-1564]	Hugo Grotius [1583-1645]	Albrecht Ritschl [1822-1889]
Referências bíblicas		Mc 10.45 1 Tm 2.5-6	Is 53.5-6		Jo 3.14-18 Jo 15.13; Rm 5.19; Ef 2.16
Teoria...		...dramática ou Christus Victor ¹⁵	...da substituição penal	governamental	...de declaração [do amor de Deus]

¹³ Com isso ignoramos as teorias “do erro da história” (Albert Schweitzer), por efetivamente não tratar de uma teoria da expiação, se não for, de uma variação da “teoria do martírio”.

¹⁴ A Vulgata traduz ἀνακεφαλαιώσασθαι em Efésios 3.10 por “*instaurare*”, mas “*recapitulare*” é certamente uma boa tradução mais literal. Ireneu usou o substantivo *anakephalaiosis*, em latim, recapitulação.

¹⁵ Resgate da tirania e da opressão humana.

Quanto ao primeiro critério, chama a nossa atenção a importância das contribuições originais de Irineu de Lion, Orígenes, Anselmo da Cantuária, Pedro Abelardo, João Calvino, Hugo Grotius, Albrecht Ritschl e do próprio Gustaf Aulén.¹⁶ Como veremos em seguida, os estudiosos de João Wesley e da sua compreensão das teorias da expiação mencionam Irineu de Lion, entre eles, enfaticamente Howard A. Snyder, excepcionalmente Orígenes e Anselmo de Cantuária, predominantemente João Calvino e, indiretamente, Gustaf Aulén; já os estudiosos das teologias pós-Wesley anotam a ascensão da importância de Hugo Grotius nos EUA a partir da segunda parte do século 19 e de uma ênfase no Brasil no tema da reconciliação e ao redor disso, primeiro, em termos mundiais, uma única rejeição de Anselmo, acompanhado, segundo, por uma silenciosa – por nunca ter sido abertamente formulada – apreciação de Albrecht Ritschl e Abelardo, mediada pelo evangelho social ou do *Social Gospel*. Isso veremos em seguida em detalhes. E, apesar da diversidade em complementaridade que pretendemos afirmar, todos os intérpretes iam certamente concordar com Collins (2007, p. 168): “Para Wesley [...] a [teoria da] expiação era o ponto que distinguia o Deísmo do cristianismo”.

Da teoria da recapitulação e participação em Irineu de Lion, via a teologia oriental à João Wesley: caminho, santificação e responsabilidade

Irineu é considerado um dos pais da teologia cristã e, certamente, criou um primeiro tipo da teoria da expiação. Geralmente chama-se essa teoria de teoria da recapitulação, menos comum é teoria do mérito [de Cristo], e seu ponto de partida é catalizador teológico espiritual, é a analogia do 1º e 2º adão em Romanos 5.19. A forma como Wesley comenta o versículo acompanha os acentos de Irineu.

[Rm] 5.19 *Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos [isto é, todos] se tornaram pecadores* — Estando então nos rins do seu primeiro pai, o cabeça comum e representante de todos eles, assim também *por meio da obediência de um só* — pela sua obediência até à morte, pelo seu morrer por nós, *muitos [todos os que creem] se tornarão justos* — Justificados, perdoados (WESLEY, 2020b, p. 1373).

O termo obediência – não sacrifício nem substituição – pertence à linguagem de Irineu. Howard Snyder¹⁷ (2018, p. 138-151) lembrou

¹⁶ Cremos que esta influência passa pelo diálogo com o movimento do evangelho social em uma vinculação “solta” com as contribuições de Irineu de Lyon e Hugo Grotius.

¹⁷ Para Collins (2007, p. 168), Irineu favoreceu a teoria do resgate. Isso não é plenamente errado, mas certamente não é o acento pelo qual ele se tornou conhecido e que foca na

recentemente que o especialista da patrística Albert Outler¹⁸ chamou a atenção a que

A ideia básica [de Wesley] da “ordem da salvação” – como o processo de restauração da imagem de Deus – é obviamente uma adaptação da famosa doutrina de *anakephalaiosis* de Santo Irineu. Seu tema central (participação divino-humana) foi aprendido em grande parte com Macaréus, Gregório de Nissa e Efreem Syrus. [...] No centro de todas essas ideias estava o entendimento da pessoa e obra do Espírito Santo como presença pessoal de Deus no coração e na vontade do fiel, e na comunidade e seus sacramentos cheios do Espírito. Isso permitiu que ele pensasse no fiel cristão como habitado e guiado pelo Espírito no seu interior, em vez de ser possuída pelo Espírito como por alguma força irresistível.

Entretanto, depois Snyder (2018, p. 155-156) foi ainda além de Outler e ampliou as equivalências entre Irineu e Wesley:

(1) Afinidade com o apóstolo João e seus escritos; (2) profundo envolvimento nas escrituras; (3) ênfase forte e insistente na imagem de Deus; (4) Uma ênfase no amor dentro do complexo de outras ênfases doutrinárias e práticas; (5) Método teológico: fazer teologia pela combinação de razão e imaginação (6) Wesley e Irineu estavam familiarizados com as correntes filosóficas dos seus dias e (7) a ênfase na sabedoria de Deus na criação.

Portanto, para Snyder a *anakephalaiosis* de Irineu não se resume à mera recapitulação do ser humano pecador pelos méritos de Cristo Jesus. Wesley não comenta em suas notas a palavra que deu origem ao conceito em si,¹⁹ mas seu comentário de Efésio 1.22 parece acompanhar a compreensão de Irineu destacada por Snyder:

[Ef] 1.22 *Para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja* — Uma cabeça, tanto como guia e governo, quanto de vida e influência para toda a Igreja e

metáfora do primeiro e do segundo Adão.

¹⁸ Outler era de formação estudioso da patrística. Snyder parece desconhecer que houve no mínimo um teólogo metodista que favoreceu a teoria de Irineu, como English lembra: “o teólogo de Drew, Edwin Lewis, apresentou uma teoria dramática da expiação (ENGLISH, 1996, p. 33-36).

¹⁹ Apesar de concordarmos com Snyder, anotamos que Wesley não comentou o conceito central para Irineu “[Ef] 1.10 *Na dispensação da plenitude dos tempos* — Nesta última administração da plena graça de Deus, que ocorreu quando o tempo se cumpriu plenamente” (WESLEY, 2020, p. 1464, negrito pelos autores).

para cada membro dela. Todos esses se encontram na mais íntima relação com ele, e têm com ele continua e efetivamente uma comunicação de atividade, crescimento, e força vinda dele, como o corpo natural de sua cabeça (WESLEY, 2020b, p. 1465).

As palavras “[...] atividade, crescimento, e força [...]” ilustram, então, o que Howard Snyder chama a participação nestes méritos (2018, p. 141). Portanto, lembraram Outler e Snyder um aspecto central da soteriologia, a união entre “a libertação de” e “da libertação para”. Como Aulén, Snyder relaciona Irineu também com a ideia do *Christus Victor* que não surpreende, já que Irineu, como teólogo bíblico que já tinha boa parte dos textos novo testamentários à sua disposição, não pode ser reduzido a uma única teoria da expiação. Entretanto parece-nos que o motivo do *Christus Victor* em Aulén casa melhor com a teoria do resgate, e que em Wesley, como Outler já tinha dito, a presença divina é mais um fenômeno pneumatológico, apesar de que isso também ocorre em uma moldura trinitária.²⁰ Além disso, Snyder constrói mais uma perspectiva importante quando ele descreve o processo da recapitulação (e participação) como “reconciliando tudo sob a liderança²¹ de Jesus Cristo através do amor e da graça de Deus”.²² Obviamente Snyder entende a reconciliação segundo Wesley não em meros aspectos jurídicos, focados na relação entre os seres humanos e a divindade, mas entende a recapitulação e a participação nos méritos de Cristo como algo que desdobra na capacidade humana de superar o mal pelo bem, a inimizade humana pela amizade humana fortalecida pela amizade divina. Entretanto, cremos que essa ênfase na reconciliação, tanto das relações divino-humana como inter-humanas, mais a partir de uma leitura latino-americana da teologia paulina, se tornou *cantus firmus* da soteriologia metodista brasileira no século 20 (RENDERS, 2010, p. 94-117; 2013, p. 25-51; 2017, p. 465-491; [2020]). Enquanto estas minhas afirmações se referem à fundamentação teológica da vertente relacionada com os movimentos sociais brasileiros durante a fase da redemocratização, acolheu também o movimento de avivamento e santificação o impulso da participação e da proximidade do divino como obra de Cristo, mas, diferente do que em Wesley, falta nele, em geral, o elemento da perfeição

²⁰ É correto que Wesley pode dizer que a santificação é a obra de Cristo em nós e justificação é a obra de Cristo para nós. Mas, apesar desse uso da linguagem cristológica, na escala maior ele aplica uma linguagem pneumatológica.

²¹ Aqui Snyder obviamente faz referência ao conceito *anakephalaisis* de Irineu e Efésio 3.10.

²² Reconciliando todos sob a liderança de Jesus Cristo através do amor e da graça de Deus.

cristã como capacidade de amar seu inimigo e da santificação social capaz de imaginar a transformação da sociedade, a reforma de instituições e a renovação de pessoas em termos mais amplos e integrados. Sendo assim, o acento da teologia oriental que traduz o elemento da participação pela ideia da *theosis*²³ que Wesley traduzia por santificação – justamente como obra de Cristo em nós – impactou, especialmente, os movimentos de avivamento e da santificação. Finalmente, podemos perguntar se a chamada teologia da prosperidade não demonstra também uma dívida com Irineu, já que se compartilha o tema do mérito. Entretanto, enquanto Irineu se refere, unicamente, ao mérito de Cristo, a teologia da prosperidade pode argumentar que o próprio ser humano pode fazer demandas a Deus por ter [seu próprio] mérito. Aqui a teologia de prosperidade, em termos da teoria da expiação, revela um surpreendente antropocentrismo moderno.

As teorias do resgate: Orígenes e Gustaf Aulén

Dos estudiosos de Wesley somente Collins (2007, p. 168) menciona Orígenes, conhecido pela sua teoria de resgate: “[...] Orígenes sustentou especificamente que o resgate oferecido por Cristo foi pago não a Deus, mas ao diabo, uma noção que se mostrou preocupante para teólogos posteriores que argumentaram simplesmente que o diabo não tinha direitos e, portanto, nada lhe devia”. A influência do pensamento de Orígenes no cristianismo pode ser vista especialmente em duas áreas: no imaginário e na liturgia. Enquanto Irineu focava na presença benevolente e misericordiosa de Deus em sua criação e a favor das suas criaturas, pronto e disposto para

²³ Pela concepção da *theosis* surge a pergunta da relação entre Atanásio e Wesley, já que Atanásio, além disso, foca também na vida inteira de Jesus de Nazaré como salvífica, usando também a concepção da *theopoiesis* (McMAHON, 2007, p. 161) como na importância da recuperação da imagem de Deus. Entretanto, com a famosa frase de Atanásio, “Deus se tornou humano, para que o ser humano pode se tornar se divino”, Wesley dificilmente teria concordado. Mesmo em suas mais esperançosas expectativas quanto à perfeição cristã, enraizada em sua teologia da primazia, universalidade e eficácia graça, Wesley jamais usou o termo (e onde ele encontrou o conceito da *theosis*, como em Macário o Egípcio, ele traduzia *theosis* por “santificação”, que segundo ele é uma “obra de Cristo em nós”, em distinção da obra de Cristo para nós, a justificação. Wesley teria, porém, subscrito a frase: “Deus se tornou humano, para que o ser humano se torna verdadeiramente humano”, o que para ele era caracterizado pelo amor para com Deus e amor para com o próximo. Considerando que Wesley descreve Wilberforce em sua última carta em 1791 como *Athanasius contra mundum* e seu uso da mesma expressão no seu sermão sobre a Trindade de 1775, há, porém, alguns teólogos ortodoxos propondo explorar essa relação, como Glen O’Brian (2013, p. 35-43) em conversa com Randy L. Maddox (1990, p. 29-53).

perdoá-las e capacitá-las, Orígenes descreve o drama da salvação com luta entre dois poderosos governadores. Um é o diabo, também chamado o senhor do mundo, o outro é Deus. A humanidade pertence a Deus, mas, pelo pecado, se submeteu ao reino do diabo, que estabeleceu um direito do diabo de governá-los. A morte de Cristo na cruz é o preço desse resgate. No imaginário cristão ficou a compreensão especialmente viva na concepção de uma contínua guerra espiritual entre o diabo e Deus, às vezes, inclusive a ideia de que eles envolvem nessa guerra ativamente seus exércitos de demônios e anjos, que por sua vez oprimem ou conduzem o ser humano. Na liturgia correspondemos ao ideário da expiação de Orígenes os momentos quando se declara de “recusar as obras do diabo”. Parece que isso também se reflete em Wesley, como Collins também registra (COLLINS, 2007, p. 168):

Embora Wesley não tenha levado as coisas tão longe quanto Orígenes, ele ensinou claramente que Cristo ofereceu um resgate por sua morte. Em relação ao seu desenvolvimento do ensino bíblico do termo [...] Wesley não se concentrou na questão de quem um resgate foi pago; ele enfatizou a universalidade desse trabalho distinto.

A omissão por Wesley de uma designação exata sinaliza uma visão do mundo em que a influência de Deus é a mais marcante.²⁴ Um exemplo disso é justamente seu comentário para Marcos 10.45: “*Em resgate por muitos — Mesmo por tantas almas necessitadas de tal resgate, 2Co 5.15*”²⁵ (WESLEY, 2020b, p. 1174). Como Wesley foca então no alcance e no efeito do tal resgate, mas mantém um silêncio a respeito do resgate do diabo, perguntamos se ele não segue neste aspecto mais uma vez Irineu e a sua forma de se referir à dinâmica do resgate.²⁶ Na história das teorias da expiação da teologia, os próximos modelos, de Anselmo, Calvino e Grotius, não iam seguir o acento principal de Orígenes, pelo fato de não considerar o diabo como agente

²⁴ Uns quatro ou cinco anos atrás apareceram nas ruas brasileiras carros com adesivos com o texto: “Afaste-nos do mal”. Isso nos parece representar bem a sensação do estar no mundo que Orígenes procura atender. Wesley teria mais apreciado as pinturas encontradas nos caminhos brasileiros como “Deu te ama”; “Deus é amor”, “Cristo vive”. E, quanto ao adesivo “Afaste-nos do mal”, seu comentário teria sido: “Afaste-se você do mal”.

²⁵ “[2Co] 5.15 *E ele morreu por todos — Para que todos possam ser salvos*” (WESLEY, 2020b, p. 1437). Repete-se a mesma ênfase.

²⁶ O *goel*, ou salvador na tradição hebraica, surge como motivo no livro *Ruth*. Aqui o foco não é o pecado ou a culpa da pessoa escravizada, mas o resgate por um familiar da dona estrangeira da escrava.

(principal) no drama da salvação, mas meramente Deus e sua honra, sua ira e sua justiça. Entretanto, a teoria do resgate voltaria de forma modificada na teoria da expiação até então mais recente, a teoria do *Christus Victor* de Gustaf Aulén.

Falamos nesta seção da teoria do *Christus Victor* porque entendemos que ela casa melhor com a teoria do resgate. Essa afirmação se baseia na observação que as teorias do resgate explicitam e foca na pergunta de quem ou de que a humanidade deve ser liberta. Já descrevemos na primeira parte que Aulén estabeleceu uma conversa entre a teologia luterana, com foco em Martinho Lutero, o pietismo, Schleiermacher e Ritschl. Os últimos três, segundo Aulén, pertenciam ao mesmo tipo humanista da expiação e seriam caracterizados pela sua rejeição do tipo latino, ou seja, de Anselmo. Bastante original era a sua compreensão do acento de Lutero que ele relacionava não com o tipo latino, mas com um tipo designado por ele como tipo clássico, ou *Christus Victor*. O livro é rico e surpreende pela sequência cronológica: no primeiro capítulo ele lança a ideia da necessidade de encontrar respostas que transcendem Anselmo e o tipo latino, ou seja, a escolha ou por um modelo objetivo ou subjetivo. Como modelos com esse potencial, ele sugere as narrativas do *Christus Victor* e da reconciliação, para depois descrever as razões pelas quais essas propostas se perderam na história. O segundo capítulo é inteiramente sobre Irineu, que para Aulén traz todos os temas posteriormente distribuídos entre teorias da expiação diferentes, e finaliza com a primeira formulação do seu ideal: “Deus que reconcilia, também é reconciliado”. O terceiro capítulo dedica-se a outros pais gregos e latinos da igreja, e mais uma vez ele finaliza com a observação: “[...] O drama da Expição é inseparável da ideia clássica: Deus é ao mesmo tempo o Reconciliador e o Reconciliado”. Em seguida, no capítulo sobre o Novo Testamento, ele menciona que todos os tipos posteriores teriam uma interface com o texto bíblico, mas que justamente em Paulo – tão central na teologia luterana – prevalecia o tipo clássico. No próximo capítulo, sobre a época medieval, que começa com Tertuliano como precursor da teologia latina e finaliza com Anselmo, Abelardo e Tomás de Aquino, ele enxergará uma primeira ruptura com o primeiro modelo, o modelo clássico. Seu sexto capítulo defende uma releitura de Lutero, que não deve ser lido como representante do tipo latino, mas do tipo clássico. No próximo capítulo, chamado “Desde a reformação”, Aulén documenta a ascensão do tipo humanista, inclusive como “determinado pela sua oposição contra o tipo latino”. Finalmente, no capítulo final, apresenta

os três tipos, a partir de quatro perspectivas referentes a (i) A Estrutura, (ii) A ideia do pecado, (iii) A ideia de Salvação, (iv) Cristo e a Encarnação, (v) A Concepção subjacente de Deus. Mais uma vez, descreve o tipo clássico pela sua capacidade de integrar duas faces, o objetivo e o subjetivo.

Um elemento, entretanto, não se encontra nessa obra de Aulén, aquele a qual Johnson (2017, p. 9) se refere como “(e) o entendimento da libertação para a participação nos processos criativos e Deus”, um elemento que nós já identificamos como característica contribuição de Irineu. Mas Aulén aparentemente corrigiu ao final da sua vida, como já mencionamos em passagem anterior. Segue aqui a citação completa:

Após sua aposentadoria, Aulén [...] começou um segundo longo período de escrita produtiva [...]. Durante esse período, ele refletiu de forma autocrítica sobre a polêmica luterana contra o sinergismo, procurando incorporar de maneira mais consistente as atividades humanas e o discipulado no conceito de redenção. Nesses termos, a justificação não é simplesmente uma proclamação de imputação forense, mas expressa a participação no Reino de Deus e a parceria com Deus na luta de Deus para libertar a criação de todos os tiranos que se opõem a ela. Aulén nunca explicou, no entanto, como essas revisões afetariam o que ele mantinha em suas concepções anteriores de expiação (SPJUTH, 2017, p. 392).

Sem dúvida nenhuma, a segunda fase aproximou Aulén a uma forma wesleyana de construir um equilíbrio dinâmico entre o aspecto objetivo ou teocêntrico da primazia da graça e o aspecto subjetivo ou antropocêntrico da responsabilidade humana. Voltamos agora para o texto principal de Aulén e a passagem em que Aulén lança a sua ideia principal:

O tipo [clássico] [...] pode ser descrito provisoriamente como o “dramático”. Seu ponto central é a ideia da Expiação como um conflito e vitória divinos; Cristo – *Christus Victor* – luta contra e triunfa sobre os poderes malignos do mundo, os “tiranos” sob os quais a humanidade está escravizada e sofrendo, e Nele Deus reconcilia o mundo consigo mesmo.

É pela sua identificação dos “poderes malignos do mundo” como “tiranos” concretos que Aulén amplia a teoria da expiação e ao mesmo tempo prepara para cumprir seu papel em um mundo moderno e conflitante. Isso, de fato, retoma um aspecto importante da compreensão da expiação na patrística, como Kotsko analisa:

O que se apresenta, inicialmente, como um drama de dimensões cosmológicas debate um contexto imensamente político e sócio-econômico: “A teoria patrística [...] não é, como a posição conservadora, pensada em termos primariamente “religiosos” da retribuição divina, nem está preocupada principalmente com a moralidade pessoal, como na visão liberal. Em vez de ver o problema que a humanidade enfrenta por meio de lentes religiosas ou morais, ele visualiza nosso dilema básico como um dilema econômico ou político de sujeição a um senhor ou governante opressor. Não é “objetivo” nem “subjetivo”, mas intersubjetivo e social” (KOTSKO, 2017, p. 278).

Entre os teólogos e as teólogas wesleyanas, foram especialmente aqueles com mais proximidade à teologia da libertação que retomaram esse aspecto libertador. O que mais corresponde a essa teologia em Wesley é a sua crescente participação na luta abolicionista nos últimos 20 anos da sua vida. Entretanto, os argumentos com que Wesley contribuiu não se apoiam nas teorias da expiação, mas se concentram ao redor dos conceitos da justiça e da misericórdia (RENDERS, 2019). Mas há uma expressão contemporânea wesleyana extremamente original, construída ao redor do conceito dos poderes em atrito. Trata-se da obra de Walter Wink (1935-2012) principalmente formada pela trilogia *Identificando os poderes* (WINK, 1984), *Desmasquerando os poderes* (WINK, 1986) e *Envolvendo os poderes* (WINK, 1992) – resumido depois em *A existência dos poderes* (WINK, 1999) – e *Quando os poderes caíam* (WINK, 1998). Wink iniciou a sua carreira teológica como biblista do Novo Testamento e sua tese principal era de que

[...] os potentados e principais do Novo Testamento é uma categoria genérica que se refere a forças determinantes da existência física, psíquica e social. Estes poderes usualmente consistem em uma manifestação exterior e uma espiritualidade interior ou interioridade. Poder precisa ser encarando, institucionalizado ou sistêmico para ser efetivo. Ele tem um aspecto duplo, composto tanto uma forma exterior e visível (constituições, juízes, polícia, líderes, conjuntos de escritórios) e um espírito interior invisível que providencia legitimidade, complacência, credibilidade e proteção (WINK, 1986, p. 4).

A articulação de anjos, demônios etc. representava “único meio acessível [...] no mundo antigo” para “discernir e descrever a interioridade das coisas: a projeção simbólica”. Através dela “... eram capazes de monitorar o impacto atual da espiritualidade de uma instituição como o Império

Romano...” (WINK, 1986, p. 4). Além disso, Wink focava no tema da reconciliação, inclusive por apostar numa via terceira via da resistência não violenta, como alternativa a reações de fuga ou de ataque, em busca de superar o mal pelo bem.

Finalizamos essa seção com a observação de que nos dois casos emblemáticos do uso da teoria do resgate, de Orígenes e de Aulén, não se refere em primeiro lugar à libertação do pecado no sentido de uma capacidade humana, eventualmente cedida por Deus, mas à liberação daqueles poderes e potentados que escravizam e oprimam o ser humano, que, no caso de Orígenes, é o diabo e, no caso de Aulén, são os tiranos ou ditadores humanos, em especial, Hitler e Stalin.

As teorias de satisfação, da substituição penal e governamental: Anselmo da Cantuária, João Calvino e Hugo Grotius como leituras clássicas da teologia wesleyana

A importância das teorias de satisfação e da substituição penal no metodismo foi afirmada no passado por John Deschner, entretanto, baseando-se na análise de uma única obra de Wesley²⁷ e, mais recentemente, em especial, em Kenneth J. Collins. Deschner (1985, p. 68 e 116) defende uma versão ampliada e provavelmente influenciada pela tipologia de Aulén, quando ele identifica em Wesley a promoção da teoria da satisfação da ira de Deus, da teoria da substituição penal e de uma versão anterior à teoria do *Christus Victor*. Collins, entretanto, vai mais longe quando afirma que o acento na morte sacrificial nos termos de Anselmo²⁸ e na substituição penal nos termos de Calvino²⁹ representa um consenso na pesquisa wesleyana contemporânea. Em oposição a Dunning, que defende que o Novo Testamento não conhece uma teologia da punição de Jesus, mas do sofrimento de Jesus, Collins afirma: “Nós, porém, vamos argumentar que a promulgação da teoria da substituição penal por Wesley não seja somente apropriada, mas, de fato indicial para sua

²⁷ As Notas explanatórias do Novo Testamento de 1757.

²⁸ “Indeed, from the vantage point of the New Testament authors, the sacrificial death of Christ is so crucial that much of the material of the Gospels is taken up with the last twenty-four hours of Jesus’ life” (COLLINS, 2007, p. 99). “It should be evident by now that Wesley’s thought in this context, as he cites the Anglican material, is reminiscent of that of Anselm in his [...] classic *Cur Deus Homo*” (COLLINS, 2007, p. 101).

²⁹ Essa posição assume a Igreja do Nazareno no Brasil: “O que Jesus Cristo fez em obediência aos preceitos da lei, e o que ele sofreu em satisfação à penalidade dela, constituem a base do nosso perdão e da nossa justificação, perante de Deus” (BINNEY, [s.a.], p. 104).

teologia em geral” (COLLINS, 2007, p. 103). Com outras palavras, a partir de Deschner e de forma mais centrada em Collins, formou-se uma linha de interpretação da teoria da expiação em Wesley, que a interpreta, unicamente, dentro dos modelos católicos ou calvinistas dominantes.³⁰

De fato, encontramos em Wesley em relação a esse apontamento uma ambiguidade, já que ao longo da sua longa vida as ênfases alteraram. É correto que Wesley manteve a ênfase anglicana da reconciliação de Deus para com a humanidade, em outras palavras, na ira de Deus que precisa ser superado pela morte de Cristo, quando enviou sua versão dos artigos da religião para os EUA. Mas este tradicionalismo formal, respeitoso quanto aos documentos confessionais, é acompanhado por documentos oficiais significantes do movimento metodista que documentam outras ênfases. Já em 1739, Wesley se refere a Deus em um texto com grande projeção para o Metodismo, mais em termos de Irineu do que de Anselmo, quando ele afirma em 1739 no panfleto o *Caráter de um Metodista*:

Sempre que pode, ele “faz o bem a todos os homens”; seu próximo, e estranhos; amigos e inimigos: e de toda a forma possível; não apenas aos seus corpos, “alimentando o faminto, vestindo o nu, visitando aqueles que estão doentes ou na prisão”; mas, muito mais, ele trabalha para o bem da alma deles, com a capacitação que Deus lhe deu, para acordar aqueles que dormem na morte; trazer os que estão acordados para o sangue reparador...” (WESLEY, 1739, § 16).

Bem no início do movimento metodista, que iniciou em 1738, a ênfase no amor para com toda humanidade, inclusive os inimigos, é articulada como uma característica dos(as) integrantes do movimento. Não temos dúvidas de que esse forte acento ético tem como raiz o saber de ser reconciliado com Deus. O Deus amigo desconstrói os fundamentos e as razões das inimizades humanas, e, dessa forma, o ser humano supera o mal no mundo pelo bem que ele e ela fazem. Essa aplicação da teologia paulina inverte radicalmente a proposta de Anselmo. A mesma tendência transparece nas *Notas sobre o Novo Testamento* (1756), especialmente, quando se faz o trabalho de comparar as notas de Wesley com seu interlocutor principal, Albrecht Bengel, e seu comentário do Novo Testamento, intitulado *Gnomon* ([1747];

³⁰ A tendência calvinista da teologia wesleyana conservadora acompanha uma tendência anglo-saxã. Confere também a tese de Maxwell Wood, “Penal substitution in the construction of British evangelical identity” do ano 2011.

1830).³¹ Por exemplo, enquanto Bengel em Romanos 5.11 (1873, p. 66) se refere à reconciliação como “libertação *da ira*”, Wesley omite a expressão “ira” e focaliza na obra salvífica de Jesus Cristo e no ser humano como alvo da reconciliação, parafraseando o texto bíblico: “em meio a tribulações nos gloriamos em Deus por meio do nosso Senhor Jesus Cristo, mediante o qual recebemos, agora, a reconciliação” (WESLEY, 2020b, p. 1372). Em termos parecidos, Wesley contradiz o 2º Artigo da Religião em sua nota de 2 Coríntios 5.18: “*Que nos reconciliou* — O mundo (v. 19) consigo mesmo” (WESLEY, 2020b, p. 1437). Finalmente afirma em sua nota referente a Efésios 2.16: “[...] *destruindo* por sua própria morte na cruz a *inimizade* que havia entre os pecadores e Deus” (WESLEY, 2020b, p. 1467). Bengel preserva e prescreve Anselmo, Wesley ecoa a teologia paulina.

Mas, na memória wesleyana popular, a noção da prevalência da teologia de Anselmo em Wesley passa provavelmente em primeiro lugar pelo repetido uso da metáfora da necessidade de “fugir da ira de Deus” que por um certo tempo era integrado no convite geral dos metodistas: “Bem vindos(as) todos(as) nas sociedades metodistas quem quer fugir da ira de Deus!”.³² Entretanto, essa memória, apesar de ser parte de falas do próprio Wesley, acabou ganhando um peso maior do que justificado pela evidência do uso. Quando se faz uma simples comparação entre o uso das expressões “Amor de Deus” e “Ira de Deus” nos 151 sermões que Wesley mesmo publicou, a relação é de nove a um. Mais importante ainda, a ênfase na ira de Deus diminui a partir do sermão 34. O que não penetrou a memória coletiva é que, já depois de 1746, data da edição dos primeiros 53 sermões, ou seja, nove anos do início do movimento, o tema da ira de Deus quase desaparece, enquanto o tema do amor de Deus se mantém.

³¹ Apesar de que isso nunca aparece no seu texto explicitamente, entendemos que Deschner não fez essa comparação entre Bengel e Wesley, mas que ele leu as *Notas...* na expectativa não tão errada de um discurso de um teólogo anglicano, seguindo mais as leituras inglesas do que estadunidenses de João Wesley, algo inovador na época nos EUA. Deschner escutou então menos Albert Outler quem era professor na Perkins School of Theology da Southern Methodist University, sua *alma mater*, mas o inglês Frank Baker (1910-1999) quem ensinava na Duke University.

³² Wesley sabia que o tema da ira de Deus existia nas cartas de Paulo (ira de Deus: Rm 1.18; 2.5,8; 4.15; 5.9; 9.22; 12.19). Mas, segundo Romanos 1.18, a ira de Deus é uma reação à atitude hostil do ser humano – “que detêm a verdade em injustiça” – e que em relação a Deus é descrita como “impiedade” (*àsêbeia*), ou, literalmente, práticas devocionais (*sebeia*) contraditórias ou inadequadas. Nós diríamos: práticas que seguem a lógica sacrificial.

Voltamos agora para a questão dos artigos da religião. Depois de ter expressado no 1º Artigo da Religião Metodista a crença na Trindade, o 2º Artigo refere-se à cristologia em sua dimensão soteriológica nos seguintes termos:

(2) Do Verbo ou Filho de Deus que se fez verdadeiro homem

O Filho, que é o Verbo do Pai, verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita virgem, de maneira que duas naturezas inteiras e perfeitas, a saber, a divindade e a humanidade, se uniram em uma só pessoa para jamais se separar, a qual pessoa é Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que realmente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado, **para reconciliar o Pai conosco** e para ser um sacrifício não somente pelo pecado original, mas também pelos pecados atuais dos homens (negrito pelos autores) (IGREJA METODISTA, 2018, p. 11).

Mesmo que os artigos da religião talvez não sejam os textos mais importantes para os membros comuns e amigos da Igreja Metodista e as suas antecessoras, para a liderança eclesiástica eles eram determinantes. Inicialmente, os metodistas brasileiros seguiram a sua matriz e traduziram o original “to reconcile his Father to us” ou por “para reconciliar seu Pai conosco”, ou por “para reconciliar conosco seu Pai” (Cânones da Igreja Metodista Episcopal, Sul, tradução portuguesa, de 1886). É evidente que a compreensão de que Deus é reconciliado – e não a humanidade com Deus – representa a teoria da satisfação (da ira de Deus) de Anselmo, já que a divindade precisa ser pacificada. Além disso, aparece em Wesley o tema da reconciliação, não somente na dimensão vertical ou divino-humana como em Anselmo, mas, recorrentemente, também na dimensão horizontal e inter-humana, em apreciação especial da compreensão da carta aos Efésios.³³ Wesley combina a sua interpretação da possibilidade e necessidade da superação de divisões inter-humanas pela reconciliação em Cristo com o mandamento Jesuino de amar o inimigo e molda os dois na sua teologia da perfeição cristã, geralmente considerado o ponto alto e originário da teologia metodista.³⁴

Entendemos que essa ênfase nasceu do cotidiano do movimento que nos seus primeiros 20 anos foi marcado por perseguições pontuais, às vezes, extremamente violentas. A resposta a essas hostilidades encontramos no seu

³³ Já mencionamos, anteriormente, o comentário de Snyder que apontou a apreciação de Wesley por esta epístola.

³⁴ É esse desdobramento ou essa amarração de João Wesley que Howard A. Snyder no seu belo artigo sobre Ireneu, infelizmente, não explora e persegue.

diário: “Chegamos em St. Ives ao redor das duas de madrugada. Às cinco horas eu preguei sobre ‘Ame seus inimigos’ e, em Gwennap, à noite, sobre ‘Todos os que praticam a vontade de Deus em Cristo Jesus sofrerão perseguições’” (WESLEY, Diário, 22/06/1745). Então, não é pitoresco que Wesley tematiza essa hostilidade sofrida de tantas maneiras em sua obra. Já vimos a centralidade do tema no tratado programático *O caráter de um metodista* de 1739. Podemos acrescentar que ele orienta os metodistas em 1742 a orar pelos seus inimigos³⁵ e, de repente, não surpreende que Wesley reservou os primeiros sete volumes da sua *Biblioteca Cristã* (1749 a 1752) para a história de martírios evangélicos.

Documentamos que a tensão entre a confirmação da posição de Anselmo pelo 2º Artigo da Religião e a iniciação da sua desconstrução em sua obra geral foram corrigidas na versão dos artigos da religião das missões latinas da Igreja Metodista Episcopal, Sul, em especial, no México e no Brasil e também, por caminhos misteriosos, nas missões da Igreja Metodista Episcopal na África do Sul, em Angola e em Moçambique. Isso explica também que a intensa discussão metodista estadunidense da segunda parte do século 19 sobre a ênfase de Anselmo, nunca foi repetida no metodismo brasileiro³⁶.

Já a teoria da substituição penal de João Calvino tinha um impacto mais duradouro até a atualidade, especialmente, como Collins demonstra, no ambiente do protestante – e metodismo – estadunidense mais calvinista.³⁷ Mas

³⁵ “Envia o teu abençoado espírito para o coração dessa nação pecaminosa e faça-nos um povo santo: desperta o coração do nosso soberano, da família real, do clero, da nobreza [...] para que eles sejam felizes instrumentos em tuas mãos, promotores das tuas boas obras; sê generoso para com as universidades, com a nobreza rural e a gente comum destas terras [...] conceda que as suas dificuldades na fé lhes proporcionem paciência [...]. Muda os corações de meus inimigos e dá-me a graça de perdoá-los, assim como tu nos perdoas pela obra de Cristo” (WESLEY, 1742, p. 8).

³⁶ Entretanto, o tema foi revisitado 100 anos depois a partir das contribuições de Renè Girard (1923-2015) e sua discussão da relação entre religião e violência, titulado por ele como religião sacrificial. Entretanto, salvo nosso engano, isso nunca levou a uma discussão da ênfase da teoria da expiação no metodismo brasileiro e seus posicionamentos quanto ao alto grau de violência que perpassa a sociedade brasileira desde a época da escravidão.

³⁷ É nossa hipótese de que a predominante vinculação paralela do protestantismo brasileiro com esta vertente por Mendonça se aplicaria mais à estratégia de governos estadunidenses de envolver grupos religiosos nas Américas na sua luta anticomunista. Para nós, a real composição desse protestantismo antes da IIª Guerra Mundial é bem mais complexa. O que nós supomos é que nesta diversidade houve, a partir da década 50, uma transição de um imaginário denominacional e mais complementar para um imaginário confessional e mais identitário, potencialmente, menos solidário e mais conflitante, e que a esta situação os metodistas brasileiros responderam de forma congenial com a sua releitura da teologia da reconciliação.

partimos primeiro mais uma vez de um comentário do próprio João Wesley, agora tanto das suas *Notas Explanatórias do Antigo Testamento*, publicadas em 1765, como do Novo Testamento:

[Is] 53.5 *Esmagado* — Essa palavra compreende todas as suas dores e punições. *Por causa das nossas iniquidades* — Pela culpa de seus pecados, que ele voluntariamente tomou sobre si mesmo, e pela expiação de seus pecados, que foi aqui adquirida. *O castigo* — Aquelas punições pelas quais nossa paz, nossa reconciliação com Deus, deveria ser comprada foram colocadas sobre ele pela justiça de Deus e com seu próprio consentimento. *Sarados* — Por seus sofrimentos, somos salvos de nossos pecados (WESLEY, 2020a, p. 822).

A referência de Isaías é de fato um dos, se não o, perícopes chaves da teoria penal, e Wesley, como conhecedor das obras de Calvino, sabia disso. Os comentários, porém, são evidentemente mais do que simples paráfrases do texto bíblico. Wesley menciona, explicitamente, “punições pelas quais nossa paz, nossa reconciliação com Deus, deveria ser comprada”. Entretanto, Wesley destaca dois aspectos. Primeiro, a liberdade do filho nesse processo de substituição:

[Hb] 9.14 *Muito mais o sangue de Cristo* — O mérito de todo o seu sofrimento. *Que, pelo Espírito eterno* — Sendo o trabalho da redenção o trabalho da santa Trindade. A segunda pessoa não foi a única interessada na tremenda condescendência necessária para completar a redenção. O pai entrega o reino para o Filho; e o Espírito Santo torna-se o dom do Messias, sendo, como foi enviado de acordo com a sua boa vontade: *A si mesmo ofereceu... a Deus* — Infinitamente mais precioso que qualquer vítima criada, e esse *sem mácula* alguma (WESLEY, 2020b, p. 1543).

Segundo, a universalidade do efeito desse auto de autoadoação:

[Hb] 9.26 *Se fosse assim, ele precisaria ter sofrido muitas vezes desde a fundação do mundo* — Isso pressupõe: 1. Que sofrendo uma só vez, ele fez remissão por todos os pecados que haviam sido cometidos desde a fundação do mundo. 2. Que ele não poderia tê-los remido sem sofrimento: *ao chegar o fim dos tempos*, e estende sua eficácia em direção ao passado e em direção ao futuro, a partir deste ponto médio no qual eles se encontram, para *aniquilar* tanto a culpa quanto o poder do pecado (WESLEY, 2020b, p. 1543).

No século 19, nos EUA, o tema ganhou uma nova dimensão. Essencial nesse debate era o teólogo metodista John Miley (1813-1895), quem militou

contra o acento de Calvino e o substituiu pela teoria governamental do Hugo Grotius. Tudo que nós sabemos sobre a relação entre Grotius e Wesley é que até hoje se desconhece uma citação direta de Wesley das obras de Grotius, o que é um tanto surpreendente, por ser o único teólogo [leigo] considerado arminiano quem criou uma teoria da expiação originária. Suponha-se que A ênfase arminiana de Wesley³⁸ passa por uma mediação anglicana geral. Como elementos mais “grotianos” em Wesley Jeremy Seth Geddert (2017, p. 65) apontou, recentemente, os seguintes:

Embora a teologia da Expiação de Wesley seja difícil de definir de forma conclusiva, no mínimo ele vê Cristo não apenas como expiatório da ira de Deus, mas também de sua justiça. Além do mais, Wesley afirma explicitamente que Cristo, ao morrer, não sofre a punição exata devida a cada pecador. Essas duas ideias são claramente grotianas, então não é surpreendente que Wesley tenha feito o possível para recomendar Grotius a outros. Na verdade, mesmo quando Wesley hesita em impor uma teoria específica para a exclusão de outras, ele reflete a recusa de Grotius em criticar diretamente Aquino ou Calvino.

Qual era a proposta de Grotius? Stephen Holmes (2017, p. 299) a descreve da seguinte forma:

No lado arminiano no século XVII, [...] a expiação foi narrada em termos “governamentais” e não em termos penais. O exemplo mais famoso disso é o argumento de Hugo Grotius, que afirmou primeiro que Deus podia e perdoou o pecado sem nenhuma necessidade de satisfação, mas que ao mesmo tempo Deus manifestou na morte de Jesus publicamente seu desgosto pelo pecado para preservar a ordem moral do universo.³⁹

Grotius desenvolve a sua teoria em resposta à obra *De Servatore* de Faustus Socinus, de 1594. Enquanto Socinus rejeita a substituição penal, argumentando que Deus pode perdoar sem sacrifício e que uma morte não pode carregar a morte eterna de muitos, Grotius responde, segundo Brink (2017, p. 524):

A visão de Grotius sobre a expiação é estruturada por dois princípios. Primeiro, Grotius distingue entre direito privado e direito público, uma

³⁸ O fato em si é evidente de diversos modos. Veja, por exemplo, o nome *Arminian Magazine*, título de uma publicação mensal editado por Wesley desde 1778.

³⁹ Grotius desenvolveu a proposta em sua obra *Defensio Fidei Catholicae de Satisfactione Christi*, de 1617.

distinção que ele usou contra os socinianos para defender a legitimidade e a necessidade da expiação. Segundo o direito privado, Deus poderia (como dominus) decidir perdoar sem satisfação, o que ele não pode fazer de acordo com o direito público (como reitor). Segundo a visão de Grotius sobre lei e punição é [...] consequencialista: as leis são justas e boas, se servem ao bem comum. Portanto, eles podem ser alterados, revogados ou renovados de acordo com o que é exigido pela *comuna bonum*...

... ou o bem comum. Teorias consequencialistas da punição justificam um ato, uma prática ou uma instituição punitiva, visando a suas prováveis consequências, por exemplo, a redução de prejuízos. “Grotius admitiu que é impossível que uma pessoa sofra a morte eterna por muitas outras. No entanto, não era necessário que Cristo sofresse o castigo da morte eterna. O Mediador não deve sofrer o mesmo (*idem*) que os pecadores devem, mas apenas algo do mesmo valor (*tantundem*)” (BRINK, 2017, p. 523). Mesmo que Grotius tivesse defendido Calvino contra Socinus, a sua leitura não foi acolhida entre 1618 e 1619 pelo sínodo de Dort, provavelmente, por ser arminiano, como também pela sua compreensão da mutabilidade da lei moral.⁴⁰

Quanto à recepção de Anselmo, Calvino e Grotius, entre teólogos metodistas, detalha Thomas H. McCall (2017, p. 798-799) as sutilidades da época desde a virada do século 18 para o século 19. Primeiro, demonstra que os metodistas ingleses como Richard Watson (1781-1833 d.C.) e William Burt Pope (1822-1903 d.C.) e americanos como Thomas N. Ralston (1806-1891), Luther Lee (1800-1889) e Samuel Wakefield (1799-1895) mantiveram o modelo da substituição penal,⁴¹ porém sempre enfatizando a livre escolha de Jesus como sinal do amor divino, enquanto John “Miley critica fortemente as doutrinas ‘calvinistas’ quanto a natureza da expiação, oferecendo uma ampla defesa da teoria governamental”. Segundo o autor, no século 20, Thomas C. Oden (e Kenneth Collins, o autor) defenderam a maior proximidade com Anselmo, e teólogos como Orton Willey, H. Ray Dunning e J. Kenneth Grider com Grotius. John English (1996, p. 33-36) afirma da mesma forma uma apropriação eclética, mas dá destaque a outros nomes, com a exceção de Miley, que é consenso entre os dois:

⁴⁰ Obviamente, a teologia calvinista não considerava devidamente a memória da igreja em relação às antíteses de Jesus. Grotius, porém, foi além da ideia de um mero conflito entre duas normas, para ele se tratava do papel da lei dentro da tensão entre ética deontológica e teleológica.

⁴¹ A nossa impressão é de que Watson e Pope usam combinações e que certamente para eles também a ênfase não está, meramente, na libertação de, mas, na libertação para.

O conceito de expiação de Wesley inclui ideias de satisfação, sua ênfase principal, e do exemplarismo William Burt Pope [teólogo inglês, a autora], e um metodista do sul, Thomas O. Summers, combinaram as concepções da satisfação e governamental da expiação. Em 1879, John Miley, da Drew Theological School, New Jersey, publicou sua teoria governamental. [...] O docente britânico Vincent Taylor enfatizou o sacrifício que Cristo ofereceu ao Pai, ao mesmo tempo em que reteve elementos das teorias exemplarista e governamental. O teólogo de Drew, Edwin Lewis, apresentou uma teoria dramática da expiação (ENGLISH, 1996, p. 33-36).

Finalmente citamos uma segunda vez Jeremy Seth Geddert (2017, p. 65-66), que defende uma ideia mais ampla de apropriação da teoria governamental por metodista, acrescentando o argumento que isso ocorreu pela

[...] intermediação da New Divinity School de Jonathan Edwards Jr. Os adeptos dessa escola buscaram um meio-termo entre a teoria da substituição penal dos antigos calvinistas da confissão de Westminster e a teoria moral da influência dos liberais proto-unitários. [...] Começando na década de 1830, eles frequentemente promulgavam a teoria governamental em seus periódicos e a propunham de seus púlpitos. Na década de 1860, eles haviam estendido a ideia do governo moral de Deus além da expiação, para a totalidade da obra de Deus em todo o universo. Sem surpresa, esta abordagem tem uma linhagem contínua hoje entre “Metodistas mediadores”, que procuram equilibrar a jurisprudência e o amor de Deus, e que abraçam o mistério Divino sobre o dogma detalhado.

A observação que a busca intracalvinista de uma terceira via entre Calvino e Abelardo fez parte do contexto estadunidense pode ser considerado para a avaliação da discussão dentro do metodismo nos EUA, mas, provavelmente não para a situação na Inglaterra, apesar de que o próprio Wesley já tinha referenciado Edwards pontualmente. Infelizmente, Geddert não documenta melhor quem seriam “eles [que] frequentemente promulgavam a teoria governamental em seus periódicos e a propunham de seus púlpitos”. Assim, ficamos com English e McCall que apontam uma diversidade maior na teologia metodista, com Miley como defensor da teoria governamental mais influente, com impacto lá na ponta do trabalho cotidiano nas igrejas e comunidades.⁴²

⁴² Para a conversa maior é interessante uma memória mais precisa de Geddert (2017, p. 66): “O legado de Grotian foi levado para a Grã-Bretanha do século XX por P.T. Forsyth (1848-1921). [...] Emil Brunner elogiou publicamente Forsyth como o maior dos teólogos britânicos (enquanto adotava sua abordagem grotiana da expiação). Karl Barth falou calorosamente de Forsyth e transmitiu esses temas grotianos implícitos a seu amplo público”.

Teorias do apelo moral ou do amor divino: Pedro Abelardo e Albrecht Ritschl

Quanto à teoria da expiação, Pedro Abelardo é considerado o antagonista de Anselmo de Cantuária, apesar de não se tratar de um debate direto entre os dois, já que, quando Anselmo morreu em 1109 d.C., Abelardo tinha 30 anos, mas começou a estudar teologia somente quatro anos depois. Sua obra teológica chamou a atenção de Bernard de Clairvaux (1090-1153 d.C.), e suas críticas levaram a uma condenação de partes da sua obra teológica por um concílio dois anos antes da sua morte em 1142 d.C. Desconhecemos uma apreciação direta ou literal de Wesley por Abelardo, mas a sua interpretação do versículo de João 3.16, referência chave de Abelardo para a sua teoria, Wesley apreciava muito:

[Jo] 3.16 Sim, e foi exatamente com este propósito que Deus o enviou ao mundo. *Para que todo o que nele cre* — Com aquela fé que atua pelo amor e que persevera, do início ao fim, em firme confiança. *Deus amou o mundo* — Isto é, todos os seres humanos debaixo do céu, até mesmo aqueles que desprezam seu amor (WESLEY, 2020b, p. 1254).

De modo geral, ocorreu a apreciação de Abelardo no metodismo não mediante de Wesley, mas a discussão que ocorreu no século 19 e seguia o resgate de Abelardo por Alfred Ritschl, quem desenvolveu a sua teoria de expiação em proximidade as decisões do I Concílio Vaticano (1869-1870) e a sua rejeição explícita de Anselmo. Em três volumes, Ritschl explora a Doutrina cristã sobre a justificação e reconciliação considerando aspectos históricos (1870), bíblicos (1883) e políticos (1886). Parecido com Abelardo, ele rejeita nestes termos em especial a teoria de satisfação de Anselmo, mas, também a teoria da substituição penal de Calvino, dando um peso maior a compreensão da reconciliação como superação da inimizade inter-humana e humano-divina pela amizade divina que leva para a amizade inter-humana e que supera o mal pelo bem, o que sua vez corresponde ao acento da teologia da expiação de João 3.14-18. Para Ritschl, a sua rejeição de especulação teológica, teologia especulativa ou metafísica (cf. RITSCHL, 1881) não permite a integrar na sua teoria aspectos trinitários ou considerar a divindade de Jesus.⁴³ Em vez disso, passa pela teologia da aliança, uma abordagem classicamente calvinista, e menos luterana.

⁴³ É este aspecto que John Miley critica na sua teologia.

Ritschl entende a relação [...] comunitária estabelecida pelo fundamento de Jesus Cristo como uma relação de aliança, que não conecta primariamente o indivíduo, mas antes a comunidade com Deus. Foi o chamado de Jesus para fundar uma congregação de discípulos na qual [o] mandamento de amor [...] cria o reino de Deus. No exercício desta vocação, Jesus deu a sua vida em sacrifício. A sua morte é a obediência perfeita à vocação, por causa da qual, com a sua ressurreição, foi revelada a meta da comunhão com Deus, a vida eterna, mas ao mesmo tempo este sacrifício é a razão [do] perdão. A reconciliação é, portanto, o efeito da justificação; Expressa-se no fato de que os crentes, em virtude da comunhão com Deus mediada por Cristo (), [...] se colocam ao serviço de Deus. [...] Cristo continua sua obra (FLÜCKIGER, 1975, p. 57).

Ritschl certamente tinha sua influência nos EUA e no metodismo estadunidense, porém mais por meio da mediação de representantes do evangelho social, por exemplo, Walter Rauschenbusch. Nos dicionários e nas enciclopédias metodistas, porém, não se lembra tanto de Ritschl, mas, em termos mais gerais ou indiretos, ou dá ênfase na cruz como sinal de amor, ou, diretamente, em Abelardo. Veja, primeiro, as três passagens da Enciclopédia do Metodismo Mundial de 1974, à qual a Igreja Metodista Wesleyana também pertence:

Expiação. Expiação na teologia cristã designa centralmente o at-one-ment ou a reconciliação de seres humanos pecadores para com Deus por meio da ação divina na vida, paixão e ressurreição de Jesus Cristo. É o restabelecimento da relação Deus - ser humano que foi fraturada pelo pecado e, em consequência, a restauração da integridade pessoal e relações humanas justas. [...] Em Jesus Cristo, Deus manifesta aos seres humanos uma vida totalmente centrada em Deus e de amor abnegado, oferecendo-lhes uma nova relação com Ele que os capacita a viver em seu espírito. [...] Na vida e morte de Cristo, Deus manifesta aos seres humanos, de maneira única, seu amor sacrificial e perdoador. O Deus revelado na cruz é Aquele que carrega em seu coração os pecados daqueles que ama (SCHILLING, 1974, p. 176-178).

Neste texto de 1974, o acento claramente é o amor divino, e a cruz, o lugar de revelação desse amor como espírito de acolhimento, uma força transformadora, no mínimo, em potencial. Aparece a palavra “sacrificial”, mas ela tornou-se um adjetivo do amor, ou seja, ela pode ser traduzida como autoadoação e serviço a favor do outro, em uma atitude incondicional, assumir e carregar as dores do mundo etc. John C. English, em seu verbete

“Expição”, publicado no mais recente *Dicionário Histórico do Metodismo* de 1996, apresenta uma pequena história da ênfase dada às teorias de Irineu, Anselmo, Abelardo e Grotius no metodismo desde o século 18 até o século 20 e resume:

O conceito de expiação de Wesley inclui ideias de satisfação, sua ênfase principal, e do exemplarismo William Burt Pope [teólogo inglês, a autora], e um metodista do sul, Thomas O. Summers, combinaram as concepções da satisfação e governamental da expiação. Em 1879, John Miley, da Drew Theological School, New Jersey, publicou sua teoria governamental. [...] A diversidade teológica caracterizou o Metodismo do século XX. Conceitos exemplaristas de expiação eram populares entre os “liberais evangélicos”. O docente britânico Vincent Taylor enfatizou o sacrifício que Cristo ofereceu ao Pai, ao mesmo tempo em que reteve elementos das teorias exemplarista e governamental. O teólogo de Drew, Edwin Lewis, apresentou uma teoria dramática da expiação (ENGLISH, 1996, p. 33-36).

Na terminologia usada por English, “exemplarismo” refere-se a Abelardo, “teoria dramática” a Irineu. Em distinção de outras verbetes de publicações mais confessionais ou denominacionais, encontramos uma contínua, mas variada, proposta de combinar elementos de diferentes teorias ou uma ênfase única em Abelardo e Grotius: segundo English, parte-se de uma combinação de Anselmo e Abelardo, avança-se para a combinação de Anselmo e Grotius ou os acentos únicos em Abelardo ou Grotius para propor, mais recentemente, uma combinação de Anselmo, Abelardo e Grotius (com um Irineu isolado). O verbete anterior, também metodista, cabe dentro dessa avaliação de English, enquanto ele parece favorecer, sem nominá-los, uma combinação das teorias de Abelardo e Anselmo, com um forte acento no primeiro. De qualquer forma, aparece aqui a ideia de que, além de Grotius, Abelardo assumiu a apreciação maior no metodismo em comparação com outras vertentes confessionais ou denominacionais.

Interessantemente, acompanha essa ênfase metodista uma tendência de uma nova apreciação também entre autores não metodistas, como é o caso de um dos verbetes mais recentes sobre a expiação, traduzido para o português, que é assinado por Paul R. Eddy e James K. Beilby (2016, p. 332-340), ambos professores de uma universidade estadunidense com raízes batistas. Além de iniciar o verbete com uma referência a João Wesley, critica primeiro teorias enquanto seu suposto potencial sacrificialista: “[...] de modo semelhante ao das críticas feministas e libertacionistas, a obra de Girard

sugere que as teorias da expiação tradicionais e ‘objetivas’ contribuem para a sacralização da violência na tradição cristã”. (EDDY; BEILBY, 2016, p. 332). Entre essas teorias, eles mencionam, em especial, as teorias da satisfação e da substituição penal, ou seja, de Anselmo e de Calvino. Depois os autores distinguem entre três paradigmas de teorias da expiação que, por sua vez, lembram a organização do livro de Aulén: *Christus Victor*, paradigmas objetivos e subjetivos, as descrições das diferentes expressões dos tipos objetivos e subjetivos seguem aquilo que nós já encontramos em outros verbetes, com a exceção da sua avaliação de Grotius, como uma proposta de negociação entre Anselmo e Abelardo:

Durante os anos da Reforma surgiu outra expressão do paradigma objetivo: a teoria do governo moral. Primeiramente defendida por Hugo Grotius (1583-1645), arminiano e ex-calvinista, a teoria apresenta uma espécie de terceiro quociente em relação à teoria da satisfação de Anselmo e à teoria da influência moral de Abelardo — ou, à medida que as linhas se aproximavam dos dias de Grotius, em relação à teoria da substituição penal e à teoria sociniana do exemplo moral [...]. À semelhança da teoria da substituição penal, ela tenta levar a sério a lei e a justiça divinas. No entanto, a exemplo das teorias subjetivas, ela ressalta que Deus deve ser visto sobretudo como Criador e Pai amoroso e não como um Juiz tomado de ira (EDDY; BEILBY, 2016, p. 337).

Esse verbeete sinaliza uma interessante reavaliação de Grotius como teólogo de mediação, o que, por sua vez, traz uma nova luz e ênfase a Wesley e sua manutenção da referência a Anselmo, em especial pela forma peculiar de referenciar a reconciliação no segundo artigo da religião, combinada com sua forte ênfase no amor divino do Deus *parent*, que mais lembra de Abelardo.⁴⁴ Essa “mediação” que English também identificou em Wesley, porém com peso invertido, de certo modo, aproxima Grotius e Wesley, que, provavelmente, não o lia nas fontes originais, mas via a sua apropriação anglicana.⁴⁵

⁴⁴ O respectivo dicionário, editado por dois professores do Fuller Theological Seminary, representa em si um projeto interessante. Na sua apresentação lê-se que ele “é inspirado pela mudança do centro do Cristianismo do Ocidente para o Sul Global. Mas também reflete o aumento do tráfego bidirecional entre esses dois setores, bem como a consciência global que permeou a cultura popular em um grau sem precedentes. A perspectiva editorial do Dicionário Global de Teologia é um evangelicalismo ecumênico”. Um “ecumenismo evangelical”, movimento comum nos EUA, é no Brasil em grande parte desconhecido, senão rejeitado.

⁴⁵ Dizemos “provavelmente”, porque houve recentemente indícios disso.

Considerações finais

Este artigo se encarregou de duas tarefas: primeiro, de ser um panorama na apresentação das teorias da expiação mais influentes ao longo da história do cristianismo; segundo, de fazer uma introdução no seu impacto ou na sua apreciação na e pela teologia wesleyana. Pela natureza do tema e pelas suas dimensões, pode se tratar somente de um apontamento daquilo que nós entendemos como mais relevante. Admitimos duas lacunas de imediato: primeiro, não nos aprofundamos em Atanásio e na teologia ortodoxa em geral. Tomamos essa decisão por razões de espaço e por ser no Brasil, atualmente, de menor relevância, considerando um possível impacto nas teologias consultadas para orientar as práticas religiosas. Segundo, quanto à discussão em relação à ênfase na teoria de expiação de João Wesley e em teólogos(as) wesleyanos(as) dos séculos 19 e 20, não contemplamos de algumas outras igrejas wesleyanas, como da Igreja do Nazareno ou da Igreja Metodista Wesleyana do Brasil. Supomos que no primeiro caso houve no século 20 certa diversidade, talvez sem as vertentes mais liberais, e desconhecemos textos específicos sobre as teorias da expiação da Igreja Metodista Wesleyana. Já a Igreja Metodista Livre é representada por Howard Snyder, mas a nossa ênfase era em teólogos(as) metodistas ingleses e estadunidenses das respectivas igrejas metodistas maiores do seu país.

Com interesse registramos que algumas das posições mais clássicas metodistas são hoje reconsideradas por não metodistas (cf. BEILBY; EDDY, 2016, p. 332-340). Esta nova tendência chegou ao Brasil por meio da tradução de um dicionário teológico estadunidense, ou seja, ela é no Brasil ainda muito nova e, por enquanto, sem visível recepção. E gostaríamos de ter testado nas fontes primárias a suposição de Geddert (2017, p. 66), quanto à influência de Grotius em Brunner e Barth. Em relação ao Brunner, deve se referir à sua concepção de correspondência entre o ser humano e Deus e sua distinção entre uma *imago Dei* material e firmal. Quanto a Barth, considerando seu conflito com Brunner exatamente sobre a teologia natural, não enxergamos essa correspondência.

A diversidade de propostas no ambiente metodista não nos parece favorecer afirmações unilaterais, como é o caso de Dreher e Collins, que defendem a ideia da dominância de Anselmo e Calvino⁴⁶ em Wesley. Em

⁴⁶ Este reducionismo tem também a sua versão brasileira quando se lê o protestantismo brasileiro, predominantemente pelo viés weberiano que foca na tradição calvinista e não luterana – isso seria Troeltsch –, anglicana ou metodista.

outros casos, como de Snyder, sugerimos uma maior inclusão de aspectos adicionais, como acrescer à contribuição do tema da reconciliação em Irineu a ênfase de Wesley em que o fruto da perfeição cristã seja o amor para com o inimigo e propomos contextualizar melhor as supostas preferências de João Wesley, considerando que as perguntas levantadas em cada “concílio” de pregadores também se aplicam ao tema da expiação em Wesley: “O que devemos ensinar?”, “Como nós devemos ensinar?”, “O que devemos fazer?”.

Referências

- AULÉN, G. **Christus Victor**: an historical study of the three main types of the idea of the atonement. Tradução: A. G. Hebert. Apresentação: Jaroslav Pelikan. London/Toronto, Canada: S.P.C.K./Macmillan Co., 1931.
- BEHR, J. Irenaeus of Lyons. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 569-575.
- BEILBY, J. K.; EDDY, P. R. Expiação. In: DYRNESS, W. A.; KÄRKKÄINEN, V.-M. (eds.). **Dicionário Global de Teologia**. Tradução: R. Malkomes. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 332-340.
- BENNETT, T. A. Reconciliation. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 713-719.
- BRANDON, S. J. Expiación. In: Ibidem. **Diccionario de Religiones Comparadas**. Tradução: J. Valiente Malla. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1975. P. 619-630.
- BRINK, G. van den. Hugo Grotius. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. P. 523-526.
- BRUCE, M. J. A. Albrecht Ritschl. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 723-728.
- COLLINS, K. **The theology of John Wesley**: holy love and the shape of grace. Nashville, TN: Abingdon Press, 2007.
- DESCHNER, J. **Wesley's Christology**: An Interpretation. Dallas, TX: Southern Methodist University Press, 1985. 220p.
- ENGLISH, J. C. Atonement. In: YRIGROYEN, C.; WARRICK, S. E. (eds.). **Historic Dictionary of Methodism**. Lanham, ML: Scarecrow Press, 1996. p. 33-36.
- EVENSON, G. A Critique of Aulen's Christus Victor. In: **Concordia Theological Monthly**, v. 28, n. 10. Forth Wayne, TX, EUA, out. 1957. P. 738-749.
- FLÜCKIGER, F. Die Protestantische Theologie des 19. Jahrhunderts. In: FLÜCKIGER, F.; ANZ, W. **Die protestantische Theologie des 19. Jahrhunderts**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1975. p. 1-98.
- GEDDERT, J. S. Too Subtle to Satisfy Many: Was Grotius's Teleology of Punishment Predestined to Fail?. In: **Grotiana**, Leiden, v. 38, p. 46-69, 2017. DOI: 10.1163/18760759-03800006.

- GIRDER, J. K. **A Wesleyan holiness theology**. Kansas City: Beacon Hill Press, 1994.
- GROTIUS, H. **Defensio Fidei Catholicae de Satisfactione Christi**. Lungduni Batavorum [Leiden]: 1617.
- HICK, J. A pluralist view. In: OKHOLM, D. L.; PHILIPPS, T. R. **Four views on salvation in a pluralistic world**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1996. p. 27-59.
- HOLMES, S. R. Penal Substitution. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. P. 295-314.
- IGREJA METODISTA. **Cânones da Igreja Metodista 2017-2021**. São Paulo: Editora Angular, 2018.
- JENNINGS JR., T. W. **Transforming atonement: a political theology of the cross**. Minneapolis: Fortress, 2009.
- JOHNSON, A. J. Atonement: The Shape and State of the Doctrine. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. .p 1-18.
- JOHNSON, A. J. Peter Abelard. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 357-360.
- JONES, P. D. The Fury of Love: Calvin on the Atonement. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 213-236.
- KOTSKO, A. The Persistence of the Ransom Theory of the Atonement. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 277-294.
- MADDOX, R. John Wesley and Eastern orthodoxy: influences, convergences, and differences. In: **Asbury Theological Journal**, v. 45, n. 2, p. 29-53, 1990.
- MATHEWS, S. **The atonement and the social process**. New York: The Macmillian Company, 1930.
- McCALL, T. H. Wesleyan Theologies. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 797-800.
- McMAHON, C. **Jesus Our Salvation: An Introduction to Christology**. Winona, MN: Saint Mary's Press, 2007.
- MILEY, J. **The Atonement in Christ**. New York: Philipp and Hunt, 1879.
- O'BRIAN, G. John Wesley and Athanasius on Salvation in the Context of the Debate over Wesley's Debt to Eastern Orthodoxy. In: **Phronema**, v. 28, n. 2, p. 35-53, 2013. Disponível em: <<http://www.sagotc.edu.au/phronema-volume-282-2013/abstract-glen-o%27brien>>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- OUTLER, A. C. Introduction. In: WESLEY, J. **Works of John Wesley**. Bicentennial Edition, v. 1. Nashville: Abingdon, 1984ss. P. i-xxiii.

PJUTH, R. Gustaf Aulén. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 389-392.

RENDERS, H. Reconciliação como “superação de inimizade pela amizade”: desenvolvimento e desdobramentos brasileiros de uma ênfase soteriológica metodista [Dossiê: “Igreja e Reforma”]. In: **Pistis & Praxis**. Curitiba, v. 9, n. 2, p. 465-491 (abr./ago. 2017).

RENDERS, H. Teologia Panprotestante e o “Evangelho Social” no Brasil. In: OLIVEIRA, C. R. de O. (ed.). **Teologia protestante latino-americana: um debate ecumênico**. Osório, RS: Edições Terceira Via, 2018. p. 63-88.

RENDERS, H. **Cristologia iconográfica**: das suas linguagens imagéticas clássicas a uma expressão única latino-americana no fim do século 20. In: PLURA [ABHR], v. 4, n. 2, p. 4-31, jul./dez. 2013.

RENDERS, H. “Inimigos do mundo” e “amigos” da humanidade”: reconciliação, inimizade e amizade na teologia wesleyana como elementos para uma teologia pública. In: **Caminhando**, v. 15, n. 2, p. 94-117, jul./dez. 2010.

RENDERS, H. Novo nascimento e natalidade: da gratuidade da vida e do seu caráter político. In: **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 122-138, 2016.

RENDERS, H. Reconciliation as “deep” revolution: atonement and the overcoming of enmity in a Brazilian Methodist perspective. In: RIEGER, J.; VAAI, U. L. **Methodist Revolutions: Evangelical Engagements of Church and World**, [2020].

RENDERS, H. To reconcile us to his Father: A unique translation of the 2nd Article of Religion of the Methodist Church in Brazil and three other lusophone countries. In: **Methodist Review**. New York, v. 5, p. 25-51, jan./dez. 2013.

RIEGER, J. **Christ and empire**: from Paul to postcolonial times. Fortress Press, 2007.

RITSCHL, A. **Die christliche Lehre von der Rechtfertigung und Versöhnung**: die Geschichte der Lehre, v. 1. Bonn: bei Adolph Marcus, 1870.

RITSCHL, A. **Die christliche Lehre von der Rechtfertigung und Versöhnung**: der biblische Stoff der Lehre, v. 2. Bonn: bei Adolph Marcus, 1882.

RITSCHL, A. **Die christliche Lehre von der Rechtfertigung und Versöhnung**: die positive Entwicklung der Lehre, v. 3. Bonn: bei Adolph Marcus, 1886.

RITSCHL, A. **Theologie und Metaphysik**: Verständigung und Abwehr. Bonn: bei Adolph Marcus, 1881.

SCHENKER, A. Expiação. In: LACOSTE, J.-Y. (ed.). **Dicionário crítico de teologia**. São Paulo: Paulinas/Edições Loyola, 2004. p. 709-712.

SCHILLING, S. P. Atonement. In: HARMON, N. B. (ed.). **Encyclopedia of World Methodism**. Nashville, TN: United Methodist Publishing House, 1974. p. 176-178.

SNYDER, H. A. John Wesley, Irenaeus, and Christian Mission: Rethinking Western Christian Theology. In: **The Asbury Journal**, v. 73, n. 1, p. 138-159, (2018). DOI: 10.7252/Journal.01.2018S.07.

STRATIS, J. Friedrich Schleiermacher. In: JOHNSON, A. J. (ed.). **T&T Clark Companion to Atonement**. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: 2017. p. 739-742.

STUPPERICH, R. Atonement. In: BODENSIECK, J. (ed.). **Encyclopedia of the Lutheran Church**, v. I. Minneapolis, MI: Augsburg Publishing House, 1965. p. 130-132.

TELFORD, J. (ed.). **The letters of John Wesley**, 8 vol. London: Epworth Press, 1931.

VVNN. Diálogo interconvicções. A multiplicidade no pano da vida. In: **Revista IHU online**, São Leopoldo, RS, edição 356, 16 de dez. 2019. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao546.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

WESLEY, J. Notes explicativas do Antigo Testamento. In: **SBB. Bíblia de Estudo John Wesley**. Barueri, SP: Sociedade de Bíblia do Brasil, 2020a. p. 1-1072.

WESLEY, J. Notes explicativas do Novo Testamento. In: **SBB. Bíblia de Estudo John Wesley**. Barueri, SP: Sociedade de Bíblia do Brasil, 2017b. p. 1073-1661.

WINK, W. **Engaging the powers**: discernment and resistance in a World of Domination. Minneapolis: Fortress Press, 1992.

WINK, W. **Naming the powers**: the language of power in the New Testament. Philadelphia: Fortress Press, 1984.

WINK, W. **The powers that be**: Theology for a new millennium. New York: Doubleday, 1999.

WINK, W. **Unmasking the powers**: the invisible forces that determine human existence. Philadelphia: Fortress Press, 1986.

WINK, W. **When the powers fall**: reconciliation in the healing of nations. Minneapolis: Fortress Press, 1998.

WOOD, M. **Penal substitution in the construction of British evangelical identity**: controversies in the doctrine of the atonement in the mid-2000s. 2011. 279 p. Tese (Doutorado em Teologia e Religião) – Universidade Durham.

Submetido em: 26-4-2022

Aceito em: 9-1-2023